

## DINÂMICA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BRASIL, RÚSSIA, ÍNDIA E CHINA (BRIC) NO PERÍODO 1996 - 2006

LARICE NASCIMENTO ALVES<sup>1</sup>; CLÉSIO LOURENÇO XAVIER<sup>2</sup>

**RESUMO:** O trabalho tem como objetivo o levantamento de dados e informações sobre fluxos de exportação dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) para dar suporte à pesquisa de avaliação da estrutura do comércio mundial no período recente e suas implicações diretas nas respectivas economias em termos de crescimento econômico. A escolha da economia dos BRICs como base do estudo justifica-se pelo destaque diferenciado em relação ao comércio exterior, já que se destacam dos demais por suas condições favoráveis, como, disponibilidade de recursos naturais, extenso território, contingente de mão de obra vasto e barato e amplo mercado consumidor. Essas condições conferem aos países um grau de liberdade de exercício das suas políticas comparativamente maior em relação aos países desenvolvidos. A maior parte dos dados deste trabalho foi obtida no TradeCan. As informações do último ano de análise foram obtidas no site Intracen – *International Trade Center* banco de dados do comércio mundial.

Palavras-chave: BRICs, comércio exterior, crescimento econômico, fluxo de exportação.

**ABSTRACT:** This paper aims to survey the data and information flows on the export of BRICS (Brazil, Russia, India and China) to support the search for evaluating the structure of world trade in recent period and its direct implications on their economies in terms of economic growth. The choice of the economies of BRICS as a basis of the study is justified by the different emphasis in relation to foreign trade, which already stand out from the others by its favorable conditions, such as availability of natural resources, vast territory, quota of labor and vast Cheaper and broad consumer market. These conditions give countries a degree of freedom to pursue their policies comparatively higher when compared to developed countries. Most of the data of this study was obtained in TradeCan. Information from the final year of analysis were obtained on the site INTRACEN - International Trade Center database of world trade.

Keywords: BRICS, foreign trade, economic growth, flow of exports.

---

<sup>1</sup> Bolsista FAPEMIG – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia.  
Avenida João Naves de Ávila, 2160, Bloco 1J, Campus Santa Mônica – Uberlândia - MG, CEP:38400-902  
[larice.lvs@gmail.com](mailto:larice.lvs@gmail.com)

<sup>2</sup> Orientador – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia.  
Avenida João Naves de Ávila, 2160, Bloco 1J, Campus Santa Mônica – Uberlândia - MG, CEP: 38400-902,  
[clesio@ie.ufu.br](mailto:clesio@ie.ufu.br)

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo é uma síntese de um trabalho de iniciação científica que teve como objeto principal verificar em que medida as recentes alterações na composição dos fluxos do comércio mundial produziram efeitos nos fluxos de exportação de Brasil, Rússia, Índia e China (BRICs). Além disto, a pesquisa deu suporte a um levantamento sistematizado dos principais produtos exportados pelos componentes dos BRIC no período recente.

O trabalho foi realizado ao longo de 2008, tomando como base a década de 1996 e avançando até a década de 2006, a partir da disponibilidade de informações.

Utilizando projeções demográficas e modelos de acumulação de capital e crescimento de produtividade, Goldman e Sachs (2003) criou o acrônimo BRIC para designar os quatro principais países emergentes do mundo, a saber: Brasil, Rússia, Índia e China. De acordo com tal relatório, ao realizar uma especulação sobre o futuro da economia mundial, com base nas taxas atuais de crescimento do PIB dos países em foco, projeta que, em 2050 o somatório do PIB dos BRICs superará a soma do PIB dos países que compõem o G-6 (Estados Unidos, Inglaterra, Japão, França, Alemanha e Itália). Ainda de acordo com o relatório, o *ranking* das maiores economias mundiais teria, em 2050, a China em primeiro lugar, seguida pelos Estados Unidos, a Índia ficaria em terceiro, o Japão em quarto, seguido pelo Brasil e Rússia, que ocupariam, respectivamente, a quinta e sexta posições.

Esse grupo de países é de expressiva relevância na esfera econômica mundial atual, seja em função do tamanho geográfico e do tamanho populacional, seja pelo surpreendente crescimento do PIB verificado. Empiricamente, em maior ou menor grau, possuem uma trajetória econômica similar, todos os países tiveram ou têm uma grande experiência acumulada da participação estatal e de utilização de mecanismos de controle e planejamento sobre os elementos chaves do processo de acumulação, a saber: o juro, o crédito, câmbio e finanças (Acioly et al. 2006). Eles adotam uma política de taxa de câmbio desvalorizada com o intuito de manter a competitividade das suas exportações, para obter saldos comerciais expressivos e acumular reservas.

O desenvolvimento tecnológico tem se colocado como um dos principais fatores determinantes da competitividade e das estratégias de desenvolvimento dos países. No entanto, o processo de inovação tecnológica ocorre em um ambiente de elevada incerteza e

risco, pois ao aplicar recursos em tecnologia os riscos se tornam mais elevados que aqueles presentes em investimentos visando à ampliação da capacidade produtiva de unidades industriais já existentes. Os BRICs vêm apresentando diferentes comportamentos em relação aos gastos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e considera-se que sua participação foi menor que a média mundial, representando menos da metade do percentual gasto mundialmente, ocasionando interrupções nas exportações de produtos com maior nível de intensidade tecnológica.

Os países integrantes dos BRIC (exceto o Brasil) praticam uma política monetária mais frouxa, que favorece a expansão do crédito, da produção e do emprego domésticos, aproveitando o estímulo da demanda externa. A acumulação de reservas – mediante saldos comerciais elevados e não contratação de novas dívidas – atende a demanda por liquidez em moeda forte e assegura a estabilidade da taxa de câmbio. No mesmo sentido, a gradualidade e a seletividade sempre estiveram presentes na política de atração de Investimento Direto Externo (IDE) dos BRIC (novamente a exceção é o Brasil), visando setores *tradables* (que aumentasse as exportações e substituísse importações), e obtenção de reservas cambiais (para manter o ritmo da modernização) e a defesa da indústria doméstica (através de associações entre capital estrangeiro e nacional).

## **2. MATERIAL E MÉTODOS**

### **2.1. Material e Metodologia Aplicada: Análises Descritivas e Estatísticas**

O presente trabalho aborda a participação das economia dos países do BRICs para o crescimento dos fluxos do comércio mundial no período recente e suas aplicações diretas nas relações comerciais com o resto dos países. Para tanto, foi necessário utilizar os valores setoriais de três dígitos de agregação disponíveis na base de dados do software TRADECAN 2006 para o cálculo das exportações, *market share* e o grau de especialização (VCR).

A análise da inserção externa dos BRIC no comércio internacional justifica-se plenamente por três razões, a saber: em primeiro lugar pela atualidade do tema no que diz

respeito a economias abertas em termos comerciais; em segundo lugar pela existência de uma lacuna na literatura nacional a respeito dos impactos de aumentos dos fluxos comerciais destas economias sobre os fluxos de comércio globais; em terceiro lugar, pela importância *per se* desta temática para a geração de renda e emprego na economia brasileira.

Os objetivos específicos da pesquisa foram os seguintes: i) identificar se as alterações nos fluxos do comércio mundial influenciaram as exportações dos países analisados; ii) levantar os principais produtos exportados; e iii) investigar a correlação existente entre composição das exportações de cada país componente dos BRIC e seu desempenho macroeconômico, expresso nas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto.

A análise seguinte sustenta-se na hipótese que dadas às profundas alterações nos fluxos do comércio mundial e o alto crescimento verificado nos países que compõem o BRIC (com exceção do Brasil), essas economias, apesar dos hiatos ainda existentes em relação à fronteira tecnológica e dos baixos níveis de gastos com P&D, estariam exportando a um ritmo mais acelerado, produtos com maior nível de intensidade tecnológica do que grupo de *commodities* primárias. Sendo assim, os países em tela, dado as mudanças nos padrões de comércio internacional, obtiveram um maior taxa de crescimento econômico em função do desempenho das exportações de produtos de alta intensidade tecnológica no período recente.

No que tange aos dados e documentos da pesquisa, foi feito um levantamento bibliográfico dos principais textos sobre os fluxos de comércio dos países em análise e as avaliações críticas destas recomendações. Os dados quantitativos foram encontrados principalmente no site do International Trade Center. Esses dados são referentes às estatísticas da composição das exportações e importações de cada país, além do desempenho macroeconômico, expresso nas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto. Partes das informações foram obtidas no TradeCAN 2005 do Banco Mundial, constitui uma base de dados utilizada para analisar a competitividade internacional.

Considerando que o crescimento dos mercados é um critério importante para a classificação dos produtos e para determinar as estratégias de competitividade. E, considerando que a especialização se orienta nos princípios gerais das vantagens

comparativas, O TRADECAN utiliza o crescimento e a competitividade para classificar os setores. Assim, a participação total de um país  $S_j$  em qualquer momento determinado, para a participação  $s_{ij}$  de um país  $y$   $s_i$  de um grupo é igual ao produto ponderado de:

$$S_j = \sum_{i=1}^n \frac{M_{ij} M_i}{M_i M} = \sum_{i=1}^n s_{ij} s_i .$$

Tem-se que a participação constante no mercado se define por

$\Delta S_j = 0$ , o aumento da participação global no mercado exige  $\sum \Delta s_{ij} > \sum \Delta s_i^{-1}$ . Logo,

$\Delta s_i \geq 0$  representa o grupo ascendente

é competitivo. Conclui-se que o *recuo*

$\Delta s_{ij} \geq 0$  representa o grupo em que o país

*representa* os grupos descendentes em que o país perde participação; as *estrelas minguentes* representam os grupos descendentes em que o país ganha participação; *oportunidades perdidas* são os grupos ascendentes em que o país perde participação; *estrelas nascentes* grupos ascendentes em que o país ganha participação. Os grupos ascendentes são aqueles considerados competitivos e os descendentes são os grupos não-competitivos.

foi possível realizar uma análise detalhada do percentual de quatro variáveis econômicas: exportação setorial para o mundo, importação setorial do mundo, grau de especialização, *market share*. A exportação e a importação são analisadas em níveis percentuais, a soma dos percentuais referentes a cada setor determina o padrão total das exportações e importações do país. O grau de especialização está relacionado ao índice de VCR -Vantagens Comparativas Reveladas - (Balassa, 1977), que incorpora a participação de um determinado país nas exportações mundiais totais, indicando se o país possui ou não vantagem comparativa na exportação de determinado produto. É calculado através da fórmula:

$$VCR = \frac{X_{ik}/X_i}{X_k/X}$$

$X_{ik}$  = exportação do produto K pelo país i  
 $X_i$  = exportações totais do país i  
 $X_k$  = exportação mundial do produto K  
 $X$  = exportações mundiais totais

Por fim, o *market share* se refere à parcela de mercado obtida pelo país do total exportado mundialmente e é calculado através da fórmula:

$$MS = \frac{X_{iK}}{X_K}; \quad X_{iK} = \text{exportação do produto K no país i}$$

$$X_K = \text{exportações mundiais do produto K}$$

O texto está dividido em quatro partes. Primeiramente, buscou-se demonstrar a inserção diferenciada da economia chinesa no mercado mundial, seu desenvolvimento no comércio bem sucedido e as vantagens comparativas desse país.

A segunda parte trata do brilhante desempenho indiano, um país marcado por desigualdades sociais que conseguiu sair de um estado de estagnação econômica para um expressivo crescimento, utilizando políticas de liberalização econômica interna e integração à economia globalizada.

Na terceira parte, é feita uma análise sobre a Rússia, um país marcado pela sua história, freqüentes casos de autoritarismos que influenciaram a determinação de sua economia.

Finalmente, na última parte foi apresentado a economia do Brasil, seu péssimo desempenho comparado aos outros países frente as suas capacidades produtivas e mesmo econômicas.

## **2.2. A inserção chinesa diferenciada no mercado internacional**

Ao longo dos últimos vinte e cinco anos, o comércio externo da china tem alcançado grande sucesso. O principal determinante por trás deste mercado é orientado para o sucesso inclui reforma, comércio e adequadas políticas cambiais, bem como a participação ativa das empresas estrangeiras de investimento. Contudo, a China está longe de concluir a transição na estrutura comercial, e está enfrentando muitas dificuldades desafios políticos para manter a sua exportação dinâmica para o futuro.

O desenvolvimento do comércio na China tem sido bem sucedido e é coerente com as vantagens comparativas desse país; as reformas orientadas ao mercado interno, política cambiais e comerciais adequadas ao IDE (Investimento Direto Estrangeiro) são importante fatores subjacentes ao êxito do comércio externo da China e por fim conclui-se que para manter a dinâmica na exportação a nova legislação nacional e internacional econômica ambiente, o governo chinês deve fazer mudanças políticas fundamentais, e confiar em nas forças de mercado em maior medida a fim de manter o crescimento das exportações no futuro.

Em 2002, o governo chinês anunciou uma meta de quadruplicar a Renda per capita até ao ano 2020, essa meta é susceptível de realização de modo que diversos fatores contribuem para que as taxas de crescimento sejam extraordinárias, a fronteira da tecnologia está se movendo para fora rapidamente, em especial no setor industrial e dos serviços, mas também na agricultura; o investimento em capital, especialmente Capital humano, é capaz de uma rápida melhora nas próximas décadas. Houve melhorias na produtividade do trabalho por meio de benfeitoria na educação.

A retomada do crescimento dos fluxos globais do IDE (Investimento Direto Estrangeiro) pós-recessão do início dos anos 1980 gerou uma série de expectativas positivas por parte de analistas e governos. A China foi um dos países que conseguiram se beneficiar dessa nova tendência mundial, um grande líder na atração de investimentos diretos da década de 90, um país em desenvolvimento que lança políticas de atração de investimentos diretos. A evolução da distribuição dos investimentos diretos recebidos pela China esteve vinculada às diversas fases da abertura de sua economia. Num período inicial essa abertura tinha três tarefas: aumentar a participação do país no comércio internacional, favorecer seu acesso às fontes externas de capital e tecnologia avançada e introduzir modernas técnicas administrativas nas empresas chinesas. Tendo em vista a consecução das três tarefas acima mencionadas, as condições de entrada do IDE ao país foram estabelecidas gradualmente e em termos bastante seletivos, firmando, assim, sua política de atração. Durante o período inicial da reforma (1979-1986) os investimentos concentraram-se nas atividades de prospecção geológica, na indústria manufatureira trabalho-intensivo (indústria tradicional, especialmente têxtil e confecções de roupas) e no setor de serviços (atividades imobiliárias). A partir de 1986 o governo dirigiu os investimentos para a indústria de transformação e pra os setores *export-oriented* e de mais alta tecnologia. Nos anos 1990 o IDE foi direcionado, com maior intensidade às indústrias de capital-intensivas, procurando o desenvolvimento e fortalecimento da indústria química, de máquinas e equipamentos de transporte, eletrônicos e comunicações. Após 20 anos de políticas de atração de investimento direto externo e de promoção comercial, a China conseguiu resultados extraordinários, com a contribuição das empresas estrangeiras possibilita pela criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) que incentivou a entrada *Foreign Invested Enterprises* (FIEs) no setor industrial.

A instabilidade política é um grande empecilho para a capacidade da China de manter elevadas taxas de crescimento econômico. Problemas financeiros e a ineficiência das empresas de propriedade estatal são motivos de maciça agitação social, esses problemas resultaram no aumento do desemprego, o não pagamento de salários, pensões, cuidados de saúde, subsídios, abonos e habitações; além da ruptura com o sistema bancário que foi envolvido em taxas *nonperforming*, atingindo a microeconomia. Outras ameaças à estabilidade incluem: a corrupção generalizada, lutas internas de poder, bolhas no setor imobiliário, o comércio internacional, e do aço (entre outros produtos), as desigualdades entre as zonas urbanas e rurais, entre o litoral e o interior das províncias, entre as elites altamente qualificadas e os mal educados das massas, bem como entre a maioria Han e as minorias étnicas, e por fim o aumento acentuado da razão sexual concentrada em idades 15-34, que se traduzirá em altas taxas de criminalidade e violência e podendo promover a concubinação.

### **2.3. Economia indiana, da estagnação ao crescimento**

A Índia é um país pobre, marcado por desigualdades sociais profundas, seu desenvolvimento econômico foi por longo tempo tolhido pelo fardo de uma cultura ancestral fortemente hostil aos valores capitalistas e pela ação intrusiva de um Estado de dimensões desmesuradas. Mais desde meados da última década esse país vem adotando uma forma coerente de política de liberalização econômica interna e integração à economia globalizada, como resultado observa-se elevadas taxas de crescimento e avanços nos setores de alta tecnologia.

A reforma econômica desse país guarda notável semelhança com outros países, pois as mudanças são tidas como necessárias para corrigir as distorções do mercado e com isso assegurar maior eficiência na alocação de recursos, formando assim uma trajetória de crescimento forte e estável. Um dos principais passos no processo da reforma foi à liberalização financeira, ou seja, a liberalização gradual das taxas de juros, modernização e fortalecimento dos dispositivos de regulação e supervisão das práticas bancárias.

A implementação do modelo de substituição de importação na Índia diferentemente da experiência brasileira não está relacionada a crises crônicas do balanço de pagamentos. A exemplo da maioria dos países de industrialização retardatária (*late-comers*), a Índia se



valeu de políticas domésticas e comerciais externas protecionistas. Seu modelo foi bem mais fechado que o brasileiro, dele tendo resultado uma indústria bastante diversificada, mas produzindo bens com custos bem superiores aos internacionais, e uma base exportadora pequena, se comparada ao potencial do país e ao enorme desperdício de recursos direcionados para a promoção comercial externa entre início dos anos 1960 e meados da década de 1980. Em meados dos anos 1980, diante da quase total ausência de competição doméstica e internacional proporcionada por décadas de regime de licenciamento industrial e de importações, a economia indiana operava sob condições praticamente autárquicas. O grau de ineficiência econômica podia ser sinalizado pelo baixíssimo coeficiente de importações, mas comprovado principalmente pelo viés antiexportador.

Tomando como indicador apenas o crescimento econômico, entre o período de implantação e o auge de seu modelo *sui generis* de substituição de importações (1950-1980), a Índia não teve um desempenho espetacular como os asiáticos (ou mesmo o Brasil), mas também não exibiu resultados precários, porém ela conseguiu maior estabilidade de preços. Cabe ressaltar que a estratégia de abertura econômica na Índia tem sido, em todas as áreas, bem mais gradual que no Brasil.

Para entender o notável crescimento indiano é preciso analisar as reformas estruturais, esse desempenho é sinalizado pelas elevadas taxas de crescimento do PIB real, pelo avanço da renda real per capita, pelas baixas taxas de inflação e pelas taxas expressivas de crescimento das exportações de bens e serviços. O crescimento mais significativo da economia indiana na década de 1980 deve ser atribuído, sobretudo às políticas fiscais expansionistas e outras políticas de estímulo à demanda agregada, das quais resultaram déficits crescentes (e insustentáveis) em conta-corrente; o crescimento sobre base sustentável a partir de 1992 não deve ser atribuído apenas aos impactos positivos decorrentes das reformas econômicas liberalizantes introduzidas no período. Pelo menos duas evidências adicionais podem sustentar essa hipótese: a primeira é que, mesmo concordando que até o final dos anos 1980 a economia indiana podia ser caracterizada como uma das mais fechadas do mundo capitalista (senão a mais), ainda assim a intensidade das reformas implementadas até agora foi bem menor que a da maioria dos países latino-americanos, aí incluídos o Brasil e a Argentina; a segunda é que um simples

exercício contra factual dos resultados macroeconômicos alcançados pelo Brasil, cujas reformas implementadas nos últimos 25 anos (ou, alternativamente, nos últimos dez anos, que incluem a estabilização inflacionária) foram significativamente mais drásticas do que na Índia, derrubaria a tese convencional de que o sucesso recente indiano se deva exclusivamente às reformas econômicas de cunho liberalizante. Como é notoriamente conhecido, ainda que algumas reformas relevantes no Brasil não tenham sido implementadas (como a tributária), em praticamente todas as esferas conseguimos ir além das efetivadas pela Índia – apenas para mencionar algumas, a liberalização comercial, a maior abertura ao capital estrangeiro direto, as privatizações e até mesmo a liberalização da conta de capitais de curto prazo. E nem por isso o Brasil obteve desempenho superior ao do país asiático, quer em termos de crescimento econômico, incremento percentual médio de exportações ou mesmo estabilidade inflacionária em igual período. Em suma, o desempenho recente da Índia não deve ser atribuído apenas aos impactos positivos provenientes das reformas econômicas, que propiciaram, indubitavelmente, maior pressão competitiva interna e externa sobre as atividades produtivas e clara orientação exportadora, mas também à consciência dos governantes indianos de que maior integração internacional, pelo comércio e fluxos internacionais de capitais (predominantemente de longo prazo), não implica necessariamente falta de coordenação ou mesmo a saída do Estado de atividades estratégicas ou essenciais para o desenvolvimento econômico e social, em perspectiva de longo prazo. Bhagwati (1993), por exemplo, reconhece que “as reformas econômicas na Índia não acarretaram um retorno ao *laissez-faire*, mas sim um novo posicionamento do governo em direção a intervenções que sejam, de fato, consideradas produtivas”.

#### **2.4. Rússia: um país marcado pela sua história**

A economia russa possuía “certo” caráter autoritário adotado pelo governo russo, mostrado, por exemplo, pela a lei de controle do financiamento externo às ONGs russas, questões como estatização da economia russa e falta de democracia, no plano interno eram discutidas com frequência no país; que atuava relativamente independente, no plano internacional. Até que o presidente Vladimir Putin passou a adotar medidas que restabeleceria o poder central, como, restrição da influência ostensiva dos oligarcas econômicos, estabelecendo com eles um acordo, mediante o qual estes deixariam de se

imiscuir nos negócios do Estado; e procurou delimitar o poder dos governadores regionais, na sua contraposição ao comando central. Para isto, nomeou sete interventores regionais, cuja missão consistiu em compatibilizar a legislação regional com a central e em controlar o fluxo da arrecadação fiscal entre o poder central e as regiões. Além disso, restringiu os poderes legislativos dos governadores, modificando a representação regional no Conselho da Federação, a câmara alta do Parlamento russo.

Desde então, a economia russa tem mostrado um altíssimo desempenho. Ainda que esse crescimento tenha tido como forte propulsor o mercado internacional do petróleo – produto essencial da pauta de exportações do país –, essa evolução vem se dando também com base no crescimento na demanda doméstica, de investimento e consumo. Boa parte desses resultados pode ser também atribuída a uma condução bastante apropriada da política econômica (redução da dívida, equilíbrio fiscal, concessão dos aumentos reais de rendimentos da população, inclusive aposentados) e na qual se inclui reforma tributária gradativa e a criação de um fundo de estabilização, para enfrentar a possível queda dos preços internacionais do petróleo. Esse fundo é alimentado pelas rendas da exportação.

A Rússia enfrenta certos problemas, os mais importantes: é a necessidade de ampliar a já hoje insuficiente infra-estrutura de transportes, especialmente oleodutos para petróleo e gás natural; e a diversificação da estrutura econômica do país, hoje altamente dependente dos setores produtores de energia e *commodities* do setor metalúrgico. O primeiro deles deve ser atacado, por investimento público e privado, mediante a preparação de projetos capazes de interessar ao capital privado, tanto em relação aos oleodutos, quanto às estradas de rodagem, nas quais se propõe o estabelecimento de pedágios. A solução para o segundo depende basicamente do comportamento dos agentes econômicos, os quais, num quadro de mercado que favorece os setores energéticos, tendem a encaminhar seus investimentos nessa direção. O governo pretende intervir nesse processo de duas formas: através da ampliação do programa de privatização, visando eliminar as empresas estatais deficitárias; e através de reforma administrativa que, estabelecendo novas bases para a competência fiscal entre os diversos níveis da administração estatal, e aumentando a eficiência da máquina estatal através de seu enxugamento, permita conduzir as políticas macroeconômicas e continuar com a reforma fiscal; neste último caso, introduzindo um planejamento orçamentário de longo prazo, no qual se busque essencialmente, além do

equilíbrio fiscal, o controle de resultados dos dispêndios efetuados. De toda maneira, a diversificação da estrutura econômica do país se mantém como o grande desafio; não só pelas possibilidades de um esgotamento gradativo do crescimento apoiado no petróleo e no gás natural, mas também pela necessidade de renovar a capacidade produtiva, cuja ociosidade existente, como resultado da queda da produção ocorrida até depois de meados dos anos 90, foi sendo gradativamente eliminada depois da moratória de 1998 e da grande desvalorização do rublo que se seguiu, pelo processo de substituição de importações suscitado por esses eventos; e em direção que propicie inserção adequada da Rússia no cenário econômico mundial.

#### **2.4. Economia brasileira, capacidades não aproveitadas- estagnação econômica**

O Brasil entrou no processo de globalização através da execução de programas de estabilização de acordo com as normas dos mercados financeiros internacionais, adotando um programa de estabilização com abertura financeira. Frente a um processo inflacionário crônico que vinha assolando a economia brasileira foi introduzido o Plano Real, em 1994, que procurou recuperar a confiança na moeda nacional através da garantia de seu valor externo. A âncora foi à taxa de câmbio nominal, garantida por financiamento em moeda estrangeira e/ou por montantes de reservas capazes de desestimular a especulação contra a paridade escolhida. A adoção do regime de câmbio fixo foi feita com a conversibilidade plena em transações correntes e na conta de capital. Por outro lado, o diferencial de juros garantiria a entrada de capitais que compensariam os desequilíbrios em transações correntes, tidos como transitórios (Belluzzo e Almeida, 2002). Deve-se observar que a sobrevalorização da moeda e as taxas de juros muito altas foram todos componentes da mesma estratégia de política econômica, que abandonou as regras de um regime de moeda fiduciária não conversível e taxa real de câmbio fixada pelo Banco Central. Essa política teve impactos significativos para a economia brasileira, que já contava com alto grau de industrialização, sustentado por níveis de proteção elevados, e colocou o Brasil sob a disciplina de um regime de conversibilidades restritas, financeira e comercial, para depois avançar para a conversibilidade plena. Em outras palavras, estava-se implementando no Brasil um projeto de desenvolvimento liberal que supunha a convergência das estruturas

produtivas da economia brasileira na direção dos padrões competitivos e modernos das economias avançadas.

O processo de liberalização constituiu na abertura comercial e nas privatizações. Dentro de uma visão de que o desenvolvimentismo era o responsável pela crescente perda de dinamismo das economias latino-americanas, foram tomadas medidas para aumentar o crescimento e a competitividade da economia brasileira através do rebaixamento das tarifas, permitindo a entrada de novos produtores (corporações multinacionais) no mercado protegido, e pela eliminação dos monopólios estatais para obtenção de uma gestão mais eficiente. Essas mudanças implicaram na redefinição do papel do Estado na economia, tanto com redução de sua presença como produtor de bens e serviços, quanto pela modificação de sua atuação na política fiscal. Ainda dentro dessa visão, o papel do investimento estrangeiro passou a ser fundamental nessa nova fase de expansão: financiaria o crescimento e os desequilíbrios externos transitórios, participaria ativamente na reestruturação industrial, fornecendo recursos tecnológicos para a modernização organizacional e produtiva, e garantiria acesso a canais de comércio internacional. Dessa forma, a intensificação da internacionalização produtiva foi uma dimensão importante da remoção dos obstáculos ao crescimento sustentado. Em complemento:

“A concentração e a desnacionalização associadas à ruptura do tripé seriam processos necessários, embora dolorosos, para a construção das bases para a retomada do crescimento”. (Laplane e Sarti, 1999).

Nesse sentido, foram introduzidas alterações significativas no quadro regulatório brasileiro referente ao capital estrangeiro no Brasil, particularmente para o investimento direto externo, que passou a assumir uma configuração pouco inclinada a criar novas capacidades, concentrando-se nos setores

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 3. RESULTADOS DA ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS REFERENTES AO PERÍODO DE 1996-2006

Tomando como referência os dados extraídos do TRADECAN 2006 e do Intracen, é possível estabelecer um parâmetro de comparação entre o *market share* dos produtos, verificando ao longo dos biênios, se a parcela de mercado obtida pelo país do total exportado mundialmente é crescente, decrescente, constante ou possui um comportamento variável – não possui regularidade ao longo dos anos que possibilite inferir que houve crescimento, decrescimento ou se mantiveram constantes os valores de *market share*. Para a construção de todas as tabelas deste trabalho foram selecionados 14 produtos, dentre eles: produtos petrolíferos, manufaturas, minério de ferro, entre outros.

Na Tabela 1 pode-se observar que ao longo dos biênios 1996/1997, 1998/1999, 2000/2001, 2002/2003 e 2004/2005, analisando último setor o Brasil obteve 171,76 pontos percentual de crescimento enquanto que a Índia obteve o menor crescimento de apenas 10,67 pontos percentuais, Rússia e Índia obtiveram uma menor quantidade de setores com *market share* decrescente com 23,04 e 10,67 pontos percentuais, respectivamente, para o setor em análise.

A Rússia é a líder de mercado no setor de manufaturas com 56,15 pontos percentuais crescimento de *market share*, em segundo lugar o Brasil apresenta crescimento de 41,92, muito próximo vem a China 41,06 e por fim a Índia que apresentou o menor crescimento de *market share* de 8,45.

Pela análise da tabela observa-se que todos os países apresentaram variação negativa no *market share* quanto ao setor de fibras têxteis vegetais, exceto a Índia que obteve um aumento de 45,59 %, dado seu histórico favorável no comércio de tecidos.

A Rússia foi o país que apresentou taxas decrescentes nos setores analisados com mais frequência, por exemplo, nos setores de papel e cartão, vidros e máquinas agrícola. Índia apresenta taxas decrescentes em alcoóis, fenóis e derivados e em operações com commodities. Já China e Brasil apresentaram essas taxas no setor de fibras têxteis vegetais.

A quantidade de setores com comportamento variável é grande, são 39,15% de setores variáveis para o Brasil e 27,66% para a China. Os setores de comportamento variável são aqueles setores que modificam ao longo dos anos o seu caráter tornando-se (ou não) competitivos ou ganhando (perdendo) participação no mercado, mas que ao fim do período observado retornam ao mesmo comportamento do início do período.

**Tabela 1: Market Share BRICs 1996/2005**

Produtos	BRASIL					CHINA				
	1996/1997	1998/1999	2000/2001	2002/2003	2004/2005	1996/1997	1998/1999	2000/2001	2002/2003	2004/2005
233	1,6905	1,6665	1,821	2,1435	2,27	0,3175	0,452	0,85	1,0135	1,0525
265	4,9575	4,2635	2,857	3,6735	4,273	4,2155	3,072	2,414	2,3575	2,077
281	32,179	33,0975	34,411	34,6065	32,7695	0,028	0,0165	0,032	0,107	0,1675
334	0,3875	0,546	0,869	0,897	0,963	0,226	0,719	0,973	1,369	1,342
512	1,424	1,2025	1,205	1,4045	1,77	1,391	1,3705	1,538	1,6535	1,6035
625	2,02	2,159	2,2435	2,215	2,23	1,8685	2,6155	3,808	4,6175	5,529
635	1,269	1,2915	1,71	2,0885	2,185	9,9745	11,88	14,581	16,0995	16,9235
642	0,3885	0,4485	0,588	0,7175	0,704	5,521	6,696	7,6825	8,299	9,207
661	0,8415	1,2955	1,993	2,6505	3,2885	10,761	11,7435	13,8245	15,31	15,8075
665	0,496	0,463	0,486	0,5405	0,5905	3,731	5,162	7,3575	9,164	10,584
718	0,562	0,401	0,753	0,852	0,682	0,4425	0,5945	0,781	0,946	1,065
721	1,639	1,327	1,085	1,28	2,13	0,423	0,4785	0,804	1,292	1,8505
842	0,111	0,0435	0,036	0,0435	0,053	21,9115	21,149	22,6745	23,206	24,2535
931	0,2355	0,373	0,59	0,704	0,64	1,3015	1,409	1,456	1,7735	1,9045

Produtos	RÚSSIA					ÍNDIA				
	1996/1997	1998/1999	2000/2001	2002/2003	2004/2005	1996/1997	1998/1999	2000/2001	2002/2003	2004/2005
233	2,686	2,5155	3,065	4,0405	4,8015	0,063	0,0735	0,089	0,118	0,141
265	0,672	0,4215	0,49	0,583	0,341	0,559	0,6245	0,6345	0,878	1,0275
281	0,5095	0,574	0,482	0,518	0,8185	6,379	6,5375	7,874	9,949	13,5315
334	4,3235	4,4775	5,286	5,1645	8,244	0,3285	0,2985	0,7085	1,054	1,4435
512	1,6205	1,408	1,824	2,086	2,267	1,111	1,148	1,0355	1,0025	0,9305
625	0,03	0,0305	0,041	0,0485	0,052	0,646	0,5935	0,63	0,7305	0,751
635	0,1695	0,282	0,328	0,3415	0,3865	0,4115	0,4135	0,4155	0,434	0,4495
642	0,0165	0,014	0,0125	0,0145	0,0135	0,087	0,1045	0,1535	0,208	0,2515
661	0,2955	0,388	0,3875	0,3525	0,3625	2,63	2,9285	1,748	4,233	4,7505
665	0,0625	0,0835	0,07	0,0505	0,04	0,488	0,549	0,733	0,949	1,0315
718	0,599	0,9315	2,428	5,6555	6,054	0,03	0,039	0,0415	0,123	0,236
721	0,0625	0,069	0,0895	0,0665	0,0325	0,148	0,168	0,264	0,3045	0,2615
842	0,2555	0,331	0,5235	0,5825	0,545	0,725	0,841	1,06	1,14	1,1885
931	1,914	1,219	1,308	1,648	1,5555	0,254	0,1575	0,271	0,3265	0,2295



Outra análise importante a ser desenvolvida é a exportação e importações dos produtos desses países.

**Tabela 2 – Exportações do BRICs 1996 a 2005**

Biênios	Exportações do BRICs				US\$ bilhões
	Brasil	Rússia	Índia	China	
1996/1997	50,37	87,295	34,13	166,92	
1998/1999	49,565	72,58	34,94	189,36	
2000/2001	56,705	101,48	44,78	257,65	
2002/2003	66,82	120,175	57,755	381,915	
2004/2005	107,605	211,525	91,615	677,64	

Fonte: Unctad Handbook of Statistics 2007.

**Tabela 3 – Importações do BRICs 1996 a 2005**

Biênios	Importações do BRICs				US\$ bilhões
	Brasil	Rússia	Índia	China	
1996/1997	60,9	63,47	40,51	140,225	
1998/1999	56,27	37	46,065	152,97	
2000/2001	55,725	37,875	51,645	234,32	
2002/2003	47,785	51,765	69,16	353,965	
2004/2005	68,22	87,14	129	610,59	

Fonte: Unctad Handbook of Statistics 2007.

A Tabela 2 e 3 apresentam justamente a variação percentual da venda, no estrangeiro, de bens e serviços de cada país e a entrada de mercadorias e serviços estrangeiros num país, respectivamente.

Do biênio de 1996/1997 ao de 1998/1999 houve uma redução das exportações brasileiras e russas de 1,59% e 16,85%, respectivamente. Enquanto que a economia indiana apresentou aumento de 2,34% e a chinesa apresentou expressivo crescimento de venda de produtos ao exterior de 13,44%.

Constatou-se que a Índia apresentou um déficit na balança comercial durante todo o período analisado, mesmo com o aumento de suas exportações de 168,42% nas suas exportações de 1996 a 2005 as importações representaram um aumento de 408,28% no período. Nesse país há um *trade-off* entre crescimento e saldos na balança comercial, tal como ocorrido no período de industrialização brasileira, isto sugere que há uma dependência do crescimento da economia do aumento das importações que por um lado indicaria apenas uma fase do processo de uma industrialização doméstica e gradual e por outro lado levanta questionamentos em relação à sustentabilidade do crescimento indiano.

O desempenho brasileiro durante o período analisado esteve ligado ao movimento do câmbio. No ano de 1999 houve uma crise cambial e conseqüentemente desvalorização câmbio, o que ocasionou uma queda das exportações e diminuição do déficit comercial que passa a ser positivo a partir de 2001. A partir deste ano, observa-se o baixo crescimento da economia brasileira, uma vez que, em períodos de crescimento as importações se elevaram mais que as exportações.

De lado completamente oposto Rússia e China apresentaram um vigorosos e crescente saldos comerciais, provenientes de um crescimento das exportações num ritmo mais forte do que o crescimento das importações. Vale destacar ainda que os saldos comerciais da Rússia até 1998 são explicados pela falta de dinamismo e depressão do mercado interno durante a fase de reestruturação da economia, e após 1999 são melhores explicados devido a alta do preço da pauta de exportações russa.

Ao analisar essas tabelas é possível constatar que a carteira de exportação dos BRICs é bastante diversificada. Tendo a possibilidade, de em um futuro próximo, estender ainda mais sua participação no comércio mundial.

Em suma, os principais produtos exportados pelo Brasil, nos quais ele consegue atingir seus melhores valores de *market share*, estão concentrados em produtos de baixo valor agregado, sendo constituídos em sua maioria por produtos alimentícios e produtos minerais, principalmente o setor 281 - Minério de ferro e seus concentrados – que é o setor

de maior *market share* do Brasil. A China, possui uma diversificação na carteira de exportação. Entretanto, é importante focar que seus valores são maiores do que àqueles encontrados para o Brasil. Os produtos com maiores valores de *market share* são artigos manufaturados diversos, máquinas e equipamento de transporte, como os setores de brinquedos e artigos para viagem. A Rússia, por sua vez, exporta mais produtos do setor, essencialmente, petróleo, gás natural através de oleodutos e madeira, entre outros produtos mais radioativos, estes produtos constituem 80% das suas exportações. E finalmente, a Índia observou-se uma maior participação no mercado mundial com produtos, como, pedras e jóias, têxteis e uma pequena parcela de petróleo.

E por fim, foi feita uma análise do grau de especialização, demonstrado na tabela 4, que é o índice de VCR (Vantagens Comparativas Reveladas) que incorpora a participação de um determinado país nas exportações mundiais totais, indicando se o país possui ou não vantagem comparativa na exportação de determinado produto.

Para o Brasil, no período analisado, houve grande destaque para o setor 661, que compreende produtos como cal, cimento, construção e de materiais fabricados, revelando um grande desenvolvimento da construção civil, observa-se um aumento de 226,31 pontos percentuais no índice de VCR. Esse país apresentou índices negativos em quatro setores, que são: 265 - fibras têxteis vegetais, 281 - Minério de ferro e concentrados, 625 - pneus de borracha e por fim uma pequena redução no setor de acessórios de malha – 842. Vale ressaltar que o setor de pneus de borracha teve a menor variação, aproximadamente de 0,46% negativos, que pode considerar como sendo negativo.

A Rússia apresentou um maior número de índices negativos, como, por exemplo, 265 – fibras têxteis vegetais, 642 – papel e cartão, 665 – vidros, 721 – máquinas agrícolas, 842 – acessórios de vestuário de malha e 931 commodities não classe. O setor que mereceu destaque expressivo no período analisado foi o 718 – Outras máquinas e peças, que obteve um aumento de 910,68 pontos percentuais.

A economia chinesa aumentou expressivamente sua participação nas exportações mundiais quanto a máquinas agrícolas, cerca de 166,87%. E sua maior redução foi de 69,70%, relacionada ao setor 265 – fibras têxteis vegetais. Setores como manufaturas e papel e cartão, mantiveram sua atuação no mercado mundial.

Concluindo, o setor indiano que se destacou foi o 334 – produtos petrolíferos com um crescimento de 256,48% desde 1996 até a atualidade. Apresentou índices indesejáveis nos setores: Alcoóis e fenóis, pneus de borracha, manufaturas e commodities não classe.

**Tabela 4: Vantagens Comparativas Reveladas BRICs 1996 - 2005**

Produtos	BRASIL					CHINA				
	1996/1997	1998/1999	2000/2001	2002/2003	2004/2005	1996/1997	1998/1999	2000/2001	2002/2003	2004/2005
233	1,701	1,735	1,8755	2,084	2,0785	0,0615	0,0775	0,126	0,1305	0,1245
265	5,316	4,4255	2,946	3,57	3,8995	0,8135	0,5325	0,3595	0,3045	0,2465
281	32,842	34,4615	35,4615	33,707	30,03	0,0055	0,003	0,0045	0,0135	0,02
334	0,409	0,5695	0,894	0,869	0,8875	0,0435	0,123	0,1445	0,1765	0,1585
512	1,332	1,2515	1,241	1,366	1,6085	0,268	0,237	0,229	0,213	0,19
625	2,05	2,248	2,313	2,156	2,0405	0,36	0,4505	0,5655	0,592	0,6515
635	1,262	1,345	1,76	2,0325	1,9975	1,921	2,0485	2,1675	2,0705	2
642	0,4	0,4675	0,605	0,698	0,646	1,063	1,155	1,143	1,066	1,086
661	0,918	1,351	2,0505	2,576	2,9955	2,0725	2,027	2,0555	1,97	1,8685
665	0,491	0,4815	0,5005	0,5255	0,5395	0,718	0,8895	1,092	1,176	1,248
718	0,482	0,4175	0,7745	0,8315	0,6275	0,085	0,1025	0,116	0,122	0,1255
721	1,732	1,3795	1,118	1,371	1,9295	0,0815	0,082	0,119	0,165	0,2175
821	0,098	0,045	0,0375	0,0425	0,0485	4,2255	3,6525	3,377	2,985	2,8655
931	0,218	0,3895	0,607	0,6855	0,5885	0,2505	0,244	0,2165	0,228	0,225
Produtos	RÚSSIA					ÍNDIA				
	1996/1997	1998/1999	2000/2001	2002/2003	2004/2005	1996/1997	1998/1999	2000/2001	2002/2003	2004/2005
233	2,686	2,5155	3,065	4,0405	4,8015	0,0955	0,1105	0,128	0,156	0,173
265	0,672	0,4215	0,49	0,583	0,341	0,8455	0,9465	0,913	1,16	1,262
281	0,5095	0,574	0,482	0,518	0,8185	9,6535	9,9035	11,3305	13,158	16,5345
334	4,3235	4,4775	5,286	5,1645	8,244	0,4975	0,452	1,0195	1,3835	1,7735
512	1,6205	1,408	1,824	2,086	2,267	1,681	1,74	1,4925	1,3325	1,146
625	0,03	0,0305	0,041	0,0485	0,052	0,9775	0,899	0,907	0,9685	0,924
635	0,1695	0,282	0,328	0,3415	0,3865	0,623	0,6265	0,599	0,5755	0,5535
642	0,0165	0,014	0,0125	0,0145	0,0135	0,1315	0,1585	0,221	0,2745	0,309
661	0,2955	0,388	0,3875	0,3525	0,3625	3,9795	4,436	5,09	5,602	5,8375
665	0,0625	0,0835	0,07	0,0505	0,04	0,738	0,8315	1,054	1,2555	1,269
718	0,599	0,9315	2,428	5,6555	6,054	0,046	0,06	0,0595	0,1595	0,289
721	0,0625	0,069	0,0895	0,0665	0,0325	0,2235	0,255	0,3795	0,405	0,3215
821	0,092	0,0845	0,0995	0,104	0,1185	1,097	1,274	1,5265	1,513	1,461
931	1,914	1,219	1,308	1,648	1,5555	0,3845	0,238	0,389	0,4365	0,284

#### **4. LIÇÕES QUE O BRASIL DEVERIA EXTRAIR DA EXPERIÊNCIA DOS OUTROS PAÍSES ANALISADOS?**

O maior exemplo que o Brasil pode ter é pela experiência indiana, visto a semelhança do processo de inserção no mercado internacional, desde o início dos anos 1980, aquele país vem sustentando taxas expressivas de crescimento do PIB real, da renda *per capita* e das exportações de bens e serviços, notadamente de serviços relacionados a tecnologias da informação. Após a destruição do Estado patrimonial em meados dos anos 80 o modelo de economia fechada se altera gradativamente. O caso indiano é exemplar para mostrar que reformas liberais e presença do Estado não são incompatíveis para manter simultaneamente a eficiência produtiva e o crescimento. Seu crescimento acelerado é não apenas fruto das reformas estruturais introduzidas, sobretudo, a partir de 1991, mas também da manutenção do papel estratégico do Estado na coordenação de políticas econômicas e na atuação direta em setores fundamentais para assegurar o desenvolvimento econômico.

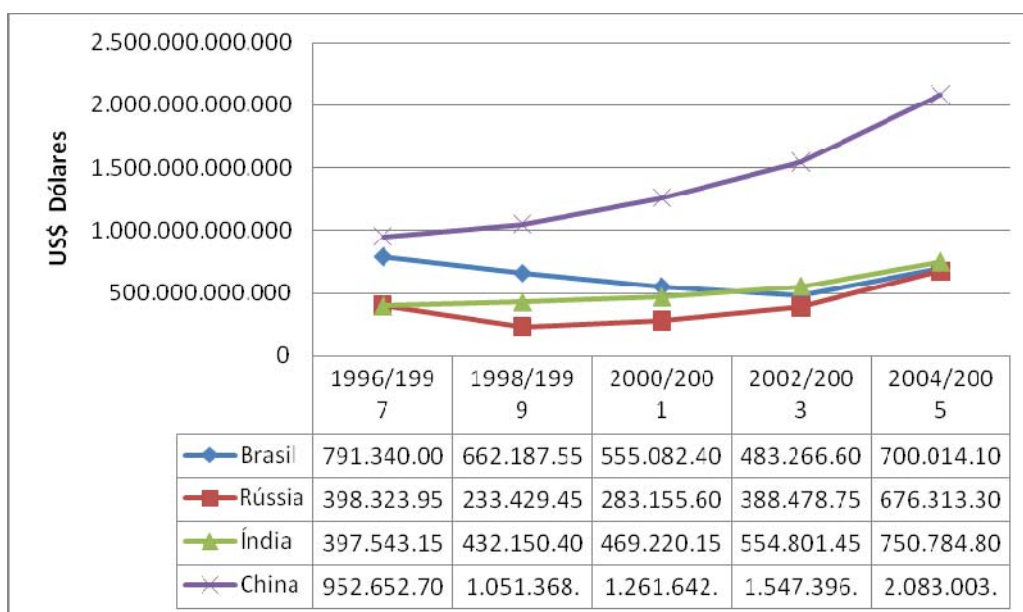
Muitos teóricos consideram que o Brasil está ficando para trás, dado o bom desempenho econômico dos outros BRICs, efetivamente, em matéria de avanço do Produto Interno Bruto (PIB) é o último, com crescimento à taxa média de 3% ao ano, enquanto que China e Índia chegam a 10%, como se vê no gráfico 1 . Porém, vale ressaltar, que como o país começou a crescer antes dos outros BRICs, é natural que no momento evolua a taxas menores. Segundo O'Neil (2005), o país conserva toda a capacidade esperada de um BRIC, no entanto a principal variável a ser combatida é a inflação, pois com a redução desta, os juros tenderam a baixar, deixando o dinheiro mais acessível ao setor produtivo e as empresas produzem mais, gerando mais consumo e emprego, elevando o PIB.

A vantagem do Brasil, a longo prazo, é que os outros BRICs sofrem de problemas estruturais já enfrentados pelo País. A China vem passando por uma grande reforma econômica e deverá fazer importantes mudanças políticas nos próximos anos. É incerto se uma autocracia feudal e com fraca tradição democrática conseguirá instituir uma democracia constitucional. O Brasil, ao contrário, tem mais experiência democrática e instituições fortes. A prova disso é que empresas como a CVRD e a Petrobras receberam selo de investment grade, em grande parte porque operam em uma economia com ambientes político, econômico e jurídico estáveis. Na verdade, o Brasil parece ser o único

dos BRICs com instituições jurídicas bem definidas. No mercado financeiro, o Brasil tem procedimentos de Primeiro Mundo. O mercado de valores mobiliários conta com as melhores práticas de governança corporativa. A Índia não apresenta qualquer sofisticação em termos de mercado de capitais, e a China e Rússia são descritas pelos administradores de fundos de investimento como países que engatinham nessa matéria.

É bem certo, que a trajetória da economia brasileira em termos de crescimento desde o início da década de 1980 tem sido caracterizada por um longo período de estagnação. O objetivo dessa política econômica em perspectiva de longo prazo é propiciar simultaneamente taxas mais expressiva de variação do PIB real e estabilidade de preços, almejando que o processo de crescimento, além de sustentável, venha a propiciar ganhos de bem-estar para a sociedade.

**Grafico 1: Produto Interno Bruto BRICs 1996/2005**



Fonte: WDI (World Development Indicators)

## 5. CONCLUSÕES

O trabalho desenvolvido se propôs analisar os fluxos comerciais dos países dos BRICs com o resto do mundo e que se pode chegar a seguinte conclusão: dadas as profundas alterações nos fluxos do comércio mundial e o alto crescimento verificado nos países que compõem o BRIC (com exceção do Brasil), essas economias, apesar dos hiatos ainda existentes em relação à fronteira tecnológica e dos baixos níveis de gastos com P&D, estariam exportando a um ritmo mais acelerado, produtos com maior nível de intensidade tecnológica do que grupo de *commodities* primárias. Os países em tela, dadas as mudanças nos padrões de comércio internacional, obtiveram um maior taxa de crescimento econômico em função do desempenho das exportações de produtos de alta intensidade tecnológica no período recente.

Sendo assim, após realizar a análise setorial das exportações e importações, o índice de vantagens comparativas reveladas, e após visualizar as taxas de crescimento das exportações e do market share é possível concluir que os países possuem uma carteira diversificada de produtos comercializados. No entanto, existe uma diferença no padrão de valores do *market share* entre os países, como, o Brasil e a China, por exemplo. Essa diferença é constituída, principalmente, pela maior participação da China como país competitivo no cenário do comércio mundial, possuindo, assim, valores mais elevados e uniformes de *market share* em relação ao Brasil que possui valores baixos e, em sua maioria, inexpressíveis e variáveis.

Essa pesquisa constatou que a forma com que foram conduzidas as mudanças internas dessas economias, ocasionou a ampliação de suas inserções externas, resultando em um aumento de suas capacitações comerciais. De um lado, têm-se Rússia e Brasil, que promoveram a liberalização de suas economias, no findar dos anos 80 e início dos anos 90, de forma rápida e no sentido de privilegiar o aumento da concorrência como forma de promoverem a modernização de seu parque industrial, sem a adoção de políticas macroeconômicas e industriais que auxiliassem as empresas locais na adaptação ao novo ambiente. Do lado oposto, China e Índia, que realizaram mudanças gradual, planejada e seletiva, visando os interesses nacionais. Suas políticas de liberalização comercial e



financeira privilegiam o aprimoramento de um ambiente de negócios que facilitasse a melhoria de eficiência do lado da oferta, com foco nas empresas locais.

A política de atração de IDE mostra-se fortemente relevantes para a modificação das capacidades tecnológicas, industriais, e, portanto, comerciais dos BRICs. No caso brasileiro, além do perfil de entrada de IDE, baseado em aquisição de ativos existentes, ter pouco contribuição para ampliação da competitividade, a política adotada não foi planejada e nem seletiva, sem exigências de contrapartidas de desempenho econômico-tecnológico. Inversamente, nos casos de Índia e China, ocorreu seletividade e fortes exigências em termos de montagem de laboratórios de P&D e transferências de tecnologias para empresas locais.

Finalmente, a principal conclusão que se chega é que os fluxos de exportação dos BRICs convergem sim para estrutura do comércio mundial abrangendo o período recente e suas implicações diretas nas respectivas economias em termos de crescimento econômico. Embora o Brasil tenha apresentado um crescimento econômico muito baixo, de apenas 2,5% na média anual dos últimos anos, ainda está entre as dez maiores economias do mundo. O alto crescimento dos três demais países, em média de 6,5% no mesmo período, tem dado a eles um importante diferencial, além das elevadas taxas de investimentos. No entanto, o Brasil tem grande potencial por diferenciar dos demais, é o BRIC que se sente mais à vontade na economia de mercado e na democracia, além de ser mais integrado nacionalmente, ter enorme riqueza de recursos naturais, empresas criativas e mão de obra com grande capacidade de adaptação, revelando, portanto, toda estrutura para ser o melhor dos BRICs.

## 6. BIBLIOGRAFIA

- ACIOLY, L., MIGUEL S., JABBOUR, E. (2006). **“I Seminário BRIC – oportunidades e crescimento.”** IPEA, Brasília, 2006.
- ANDRADE, D. C. e VIEIRA, F. V. (2007) **“Uma Investigação Econométrica (VAR) sobre os Determinantes do Crescimento Econômico de Longo Prazo na China (1978 a 2003).”** Revista Economia Ensaios. Abr-Jun.”
- BALASSA, B. (1977); **“Revealed Comparative Advantage Revisited: An analysis of relative export shares of industrial countries, 1953-1971”** The Manchester School, vol XLV, número 4.
- BELLUZZO L. G. & ALMEIDA, J. G. (2002) **“Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real”**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira.
- CINTRA, M. A., FERREIRA, A. N. (2005). **“Os impactos da China, Índia e Rússia na economia mundial.”** Economia Política Internacional – UNICAMP, nº. 7, outubro a dezembro 2005, 5-11.
- LAPLANE M. F. & SARTI, F. (1999) **“Investimento Direto Estrangeiro e o Impacto na Balança Comercial nos Anos 90”**. Texto para Discussão do IPEA. N.629, Brasília, Fev. 1999.
- HILL, D (2007). **“Brazil, China, India, Russia, and Taiwan Lead S&E Article Output of Non-OECD Countries”** National Science Foundation (NSF), September.
- JÚNIOR, L., **“Hiatos tecnológicos e padrões de comércio exterior nos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China)”** Uberlândia, 2008. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Uberlândia.
- NASSIF, A. (2006). **“A economia Indiana no período 1950-2004 da estagnação ao crescimento acelerado: lições para o Brasil?”** TD 107, BNDES, Rio de Janeiro, Janeiro.
- O’NEILL, J., WILSON, D., PURUSHOTHAMAN, R., STUPNYTSKA, A. (2005). **“How Solid are the BRICs?”**. Goldman Sachs Economic Research, Global Economic Paper n. 134, December.
- PURUSHOTHAMAN, R.; WILSON, D. (2003). **“Dreaming with BRICs: the path to**

2050”. Global Economics Paper, nº99, October. Disponível em: <http://www.gs.com>

TRADE CAN (2006). **Base de dados CEPAL & World Bank, 2006**. CD-ROM.

VELASCO, S. (2005) “**Reformas Econômicas na Índia: Discurso e Processo**”. Boletim Economia Política Internacional – Análise Estratégica. N. 7. Centro de Estudos de Relações Econômicas Internacionais. Unicamp. Campinas. Outubro a Dezembro. 2005.

VIEIRA, F. V. (2006) “**China: Crescimento Econômico de Longo Prazo.**” Revista de Economia Política, vol. 26, nº 3 (103), pp. 401-424, julho-setembro.